

Índice

Nota do autor	9
I – A ILUSTRAÇÃO EM PORTUGAL	11
D. Frei Manuel do Cenáculo e a Ilustração em Portugal	13
António Soares Barbosa e o Problema Moral	25
António Braz Teixeira e o Pensamento Português do Século XVIII	43
II – LIBERALISMO EM PORTUGAL E NO BRASIL	57
A Cultura Política do Vintismo	59
D. Pedro Imperador do Brasil e a Assembleia Constituinte de 1823	77
III – SILVESTRE PINHEIRO FERREIRA	101
Discorrer com Acerto e Falar com Correção	103
O Pensamento Liberal de Silvestre Pinheiro Ferreira	115
As Circunstâncias da Paz e da Guerra na Vida e Obra de Silvestre Pinheiro Ferreira	133
IV – PENSAMENTO PORTUGUÊS	
OITOCENTISTA E NOVECENTISTA	151
Cultura Filosófica em Portugal na Primeira Metade do Século XIX	153
Algumas Notas Sobre o Pensamento Político em Portugal no Século XIX	167
O Panenteísmo de Krause e o Pantiteísmo de Cunha Seixas	193
A Influência de Sampaio Bruno no Pensamento Português Contemporâneo	205
Basílio Teles: O Mistério do Mal e os Limites da Inteligibilidade	219
Basílio Teles e a História. Breves Notas	241
José de Arriaga e a Ideologia Liberal	251
Jean-Marie Guyau no Pensamento Português	265
Direito E Filosofia em José Hermano Saraiva	281

V – KRAUSE E COMTE	295
O Organicismo de Karl Krause	297
Ordem e Progresso em Auguste Comte	309
 VI – PENSAR A REPÚBLICA	321
José Felix Henriques Nogueira	323
Teófilo Braga Reflexão e Teorização Sociológicas	341
Positivismo e República em Portugal e no Brasil	357
<i>A Renascença Portuguesa</i> e a República	373
 VII – EXPRESSÕES DO PENSAMENTO LUSO-BRASILEIRO	397
Antero De Quental e um Colóquio De 1991	399
A exegese anterior de António Braz Teixeira,	
António Quadros, Nelson Saldanha e Ricardo Velez Rodriguez	399
Contrastes e Confrontos no Pensamento Luso-Brasileiro	409
Miguel Reale Pensamento e Ação	417
A Sociologia Existencial de Gilberto Freyre	437
 VIII – JOSÉ ORTEGA Y GASSET	449
Razão Vital e Razão Histórica Ortega y Gasset	451
A Relação de Sujeito e Objeto no Pensamento de Jose Ortega y Gasset	461
A Presença de Ortega y Gasset no Pensamento Luso-Brasileiro	473
Gustavo de Fraga e José Ortega y Gasset	495
 IX – AUTORES E IDEIAS	507
Eduardo Abranches de Soveral e o Pensamento Luso-Brasileiro	509
António Quadros Hermeneuta do Pensamento Português	517
José Pinharanda Gomes e a História da Filosofia em Portugal	529
José Sebastião da Silva Dias História e Historiosofia	539
Manuel Ferreira Patrício e a Vontade de Verdade	555
A Presença de Kant no Pensamento de António Paim	563
Luiz António Barreto: Cultura e Cidadania	581
 X – CATOLICISMO, MODERNIDADE E ANTI MODERNIDADE	593
Catolicismo, Modernidade e Anti Modernidade	595

Nota do autor

Este segundo volume dos Percursos reúne vários trabalhos, uns mais antigos, outros de data muito recente, integrados em temas, como aconteceu no primeiro volume e com significativa margem de atenção prestada à história do pensamento de Portugal e do Brasil. Muitos deles tiveram origem em comunicações apresentadas em várias circunstâncias embora de uma forma ou de outra, entretanto, reelaboradas

As referências teóricas e epistemológicas em que me revejo, no âmbito da história das ideias, são as que tomei por estruturante no primeiro volume dos *Percursos* em 2004. O debate não cessou e a bibliografia disponível é vasta e recorrente no âmbito de fazer e pensar a história. Gostaria de assinalar, em Portugal, a esse propósito, o aprofundamento concretizado por João Luís Lisboa em *Então, o quê?-A história que (se) conta é problemática* (2018).

A *pensabilidade* do facto e a atenção prestada a circunstâncias tensionais da realidade histórica continuam a estar presente no que tenho procurado elaborar em termos de historicidade.

A maior parte das expressões historiográficas que preenchem o presente volume continuam e aprofundam temas e problemas em que a tangência do histórico e do filosófico é evidente e é procurado pelo autor. Ainda hoje me posso socorrer, no fundo, da mensagem de Leo Strauss quando reivindicava o carácter fundante do pensamento filosófico que só se esclarece e projeta, fecundamente, pela mediação do histórico. Ou, se quisermos, também, pela dimensão situada ou da circunstância do que se pensa. A este propósito, não escondo o encontro mais tardio que me foi dado ter com o pensamento de Ortega y Gasset a que dou algum espaço no presente volume. As tentativas de reflexão e de delineamento histórico do que é oferecido ao leitor tem a dimensão e intenção problematizantes sem pretensões de obra totalmente acabada. Norteia-me a categoria do *possível*.

Abril de 2024

I

A ILUSTRAÇÃO EM
PORTUGAL

D. Frei Manuel do Cenáculo e a Ilustração em Portugal

1.

A Ilustração, as Luzes ou o Iluminismo, designações correntes e equivalentes que podem ser utilizadas como o modo de caracterizar uma determinada época e movimento de ideias exige algumas considerações sobre o modo como se manifestou em distintos espaços sociais, religiosos e culturais. Uma certa relativização que possa ser invocada, a propósito da efetiva vigência de sinais ilustrados na Península Ibérica, na Península Itálica e na Áustria, decorre não só da existência das tensões entre *Razão* e *Fé* como, também, da problemática articulação de imanência e transcendência de tal modo que se possa defender que, em vez de Iluminismo, prevaleceu antes, em virtude dessas tensões, uma atitude paradigmaticamente eclética, nomeadamente, no campo da teologia, da moral e do direito no que concerne aos seus princípios fundadores (Teixeira:2009,43-55;-Dias,1972:18-22). Na relativização resultante de tal leitura residirá a circunstância das expressões filosóficas, éticas ou considerações teológicas de maior sentido crítico se afastarem ou contraporem ao que foi a vigência, maior ou menor, do filosofismo, do enciclopedismo e do deísmo na Europa de Setecentos.

Como ponto de referência para a contraposição da aludida relativização pode invocar-se, igualmente, a dificuldade de viabilizar, em países estruturalmente católicos, a absoluta maioria da Razão tal como Kant a equaciona no célebre texto *Was ist Aufklärung* (1784). D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas (1724-1814), de modo contrapolar, não deixará de sinalizar os abusos da Razão autónoma que necessita de ser bem-educada e virtuosa.

Em todo o caso, se a epifania da Razão, a *luz natural*, pode ser reportada a uma trajetória com origem no livre exame de matriz protestante⁽¹⁾ não é menos comprovado que nos países essencialmente católicos se verificou a incorporação e tratamento de conteúdos comuns como os do racionalismo cartesiano, o interesse pelas matemáticas, os problemas de conhecimento levantados por John Locke, o acolhimento da filosofia natural de signo newtoniano a que o Bispo de Beja e Arcebispo de Évora, em parte, aderiu.

Numa perspetiva mais ampla de crise mental que caracterizou a Ilustração nem se pode esquecer, por um lado, a projeção da questão dos Antigos e Modernos (de que Cenáculo tem plena consciência) e que estão na base de um viés histórico, de progresso dos conhecimentos, ao arrepio do Seiscentismo e, por outro lado, a recuperação de valores humanistas e renascentistas que importa sublinhar. Num Prólogo de uma seleta latina adaptada de Pierre Chompré (1698-1760) para a reforma dos estudos pom-balinos entende-se, com clareza, esse propósito resgatador que bem poderia ser subscrito por Cenáculo:

“Havendo El-Rei, N. Senhor, com immortal glória do seu felicíssimo nome, ordenado a Reforma Geral dos Estudos das Letras Humanas para nos restituir aquela antiga honra, de que tinham gozado os nosso maiores, quando ensinarão os Gouveas, os Teives, os Cardosos, e florescerão os Osórios, os Rezendes, os Estaços, e outro sem número de homens eruditíssimos, mando escolher para o uso das Escolas de Latinidade huma Collecção dos melhores Escretores da antiguidade Romana...” (*Selecta Latini Sermonis*, 1770:III).

Este sentido de restituição parece-me poder configurar a Ilustração, em certa medida, como um *Späthumanismus*, para reter um conceito utilizado por Franco Venturi no âmbito do que considera ser a tradição iluminista italiana (Venturi, 1963:47-54). No caso português esses primórdios ilustrados de concomitante recusa ao seiscentismo estão significativamente presentes nas Conferências Eruditas realizadas no Palácio dos Condes da Ericeira (Monteiro:1965). Seguiu-se um curto, mas brilhante, *período joanino* entre 1744 e 1750 em que surgem as obras de Manuel de Azevedo Fortes, de António Nunes Ribeiro Sanches, de Luís António Vernei, a ação

1 A Ilustração tem na sua génese, ainda, uma tradição de livre pensamento que radica no “libertinismo” de que encontramos representantes em La Motte le Vayer ou St Évremont, entre outros.

da Congregação do Oratório e os primeiros volumes das *Recreações Filosóficas* de Teodoro de Almeida. Há, depois, um *período josefino* e um *período mariano* cujo denominador comum se consubstancia na denúncia de persistências barrocas de sinal escolástico com novas e diferenciadas propostas reflexivas e valorativas. Esse confronto vai da receção um tanto difusa do cartesianismo, às concepções experimentais (*hypotheses non fingo*) de Newton (1642-1727) e ao empirismo de Locke (1632-1704) que Vernei acolhe. Empirismo prolongado, mais tarde, no sensualismo de Condillac (1715-1780). Não deve esquecer-se, ainda, a presença das ideias atomistas de Gassendi (1529-1655) que se insinuava através da leitura do *Compendium Philosophicum* do espanhol Tomás Vicente Tosca (1651-1723). O que deve ser acentuado, acima de tudo, é a utilização de recursos analíticos e expositivos claros que contrastavam com o virtuosismo argumentativo e ocioso da escolástica que Cenáculo denuncia pelo seu uso exagerado “em detrimento da realidade das coisas” (Cenáculo, 1791: XIII). Na mesma linha de considerações o sábio franciscano fará reparo, ainda, ao gosto amaneirado da parenética que importaria ser substituída por uma oratória e eloquência mais naturais. (Gonçalves, 2015: 159-165).

Entretanto, à percepção interiorizada da *luz natural* correspondeu em Portugal, também, uma dada projecção política de que o projeto e o desenho da *pólis* pombalina será expressão e em que a vertente educativa assume particular relevância. Assim a exalta o Bispo de Beja nos *Cuidados Literários* em que o destinatário fundamental é o clero:

“A tudo acudiu um sábio Rei nas Pragmáticas, e disposições sobre todas as Escolas. De entre aqueles Estabelecimentos levanta sua Fonte de grão respeito, e formosura a Legislação para Reforma da Universidade de Coimbra. A Publicação de seus Estatutos em o ano de 1772, pôs em socego as pessoas desejosas, e empenhadas no bom gosto das aplicações literárias, e apetite de frutos especiosos, havidos pela melhor cultura das Ciências” (...) “As civilidades que nos prendem ao ilustre, e sábio Autor daquela acabada Obra (...) dão lugar a esta oficiosa persuasão, de que o nosso Clero a tenha por Exemplar, e Regra em suas aplicações a que se compo- nha com a devida proporção” (Cenáculo, 1791: 32-33).

Contudo, a exaltação da universidade reformada não pode deixar de ser confrontada com manifestas restrições do que poderá ser entendido como o decidido rumo do *sapere aude*, do caminho para as Luzes, que Kant

invocaria no seu texto clássico sobre a desejável ilustração emancipadora. Com efeito, a *paideia* regalista pombalina pela diligência dos seus censores oficiais veio a exercer-se através de evidentes reservas relativamente a um vasto leque de manifestações, abertamente ilustradas, do pensamento europeu. Persistiam as cautelas em face do perigo de imiscuição de ideias protestantes mas, acima de tudo, o temor da descrença e da secularização e naturalização de valores. Para tanto, importava contrapor uma sólida argumentação apologética, consignada num lema bem presente na literatura da época sobre a verdade da religião cristã (Mota,1993). É nesse contexto que teremos que entender a responsabilidade censória de Cenáculo (Marcadé,1978:55 e ss.) não só de um ponto de vista mais institucional e normativo mas, também, no plano das suas observações cautelosas e, em todo o caso, tolerantes, da necessidade e possibilidade de enfrentar o livro proibido quando lhe presidam “os retos fins de tais leituras” (Cenáculo,1770:530). De reter ainda, o intencional esclarecimento histórico que o Bispo de Beja virá a elaborar, nos *Cuidados Literários*, sobre a censura inquisitorial (Idem:525-529).

Entretanto, com a morte de D. José I e consequente afastamento de Pombal (e imediato desvalimento político de Cenáculo) verificar-se-á um acentuado recrudescimento censório a partir da década de 90, a par da significativa continuidade reformista e ilustrada dos tempos de D. Maria I. Neste aspeto, a Academia das Ciências de Lisboa continuou, de forma menos estreita quanto a exigências políticas, sobretudo no seu início, a senda da reforma cultural pombalina. Em tal impulso reformista figuram atividades e escritos com o sentido de uma utilidade virtuosa bem presente no lema académico retirado de um verso de Fedro: “Nisi utile quod facimus stulta est gloria”. A vasta produção (muita dela publicada), quer das Memórias de Literatura, quer das Económicas ou as de Agricultura aí está para o provar.

O investimento na filosofia natural, que foi pedra de toque da reforma pombalina, daria aso, ainda, a um certo *newtonianismo moral* que denota a atenção prestada à situação do homem entre as coisas da natureza (com as suas leis físicas) e o cuidado de não descurar o fim último da essência das coisas. Se a “Natureza é Deus”, para lembrar o dito de Cenáculo, nem por isso se deixam de exaltar muitas das descobertas da ciência como um espelho da harmonia da criação, daquelas “graças da natureza, e do Senhor que a fez para entendermos, e louvarmos sua benigníssima Providência” (Cenáculo,1786:11). Estamos aqui perante um *newtonianismo moral* a que

já por demais de uma vez me tenho referido que consiste em argumentação de religião natural (como acontece com o canonista António Ribeiro dos Santos), inspirado em obras como *L'Existence de Dieu démontrée par les merveilles de la nature*, de Bernard Nieuwentyt (1654-1718), pela *Physico Theology* de William Derham (1657-1735), do *Traité sur l'existence de Dieu tirée de la connaissance de la Nature*, de Fénelon (1651-1715), a pedagógica *Histoire du Ciel* do abade Noël –Antoine Pluche (1688-1761) autor, também, de *Spectacle de la Nature*. Na poesia didascálica dos fins do século XVIII e princípios de Oitocentos, em Portugal, o newtonianismo moral a que me refiro estará também presente nas traduções de *As Plantas*, de Richard de Castel ou em *Os Jardins*, de Delille feitas por Bocage, em *A Natureza*, de José Agostinho de Macedo ou no poema, muito inspirado pela classificação de Lineu, intitulado *Recreações Botânicas* da Marquesa de Alorna sob o nome arcádico de Alcipe (Pereira, 2004:77-89). Cumpre sublinhar, igualmente, que em Portugal (e no Brasil) não deixaria de se intensificar a leitura de Montesquieu, de Voltaire, de Rousseau, de Helvetius e de inúmeros outros autores através da clandestinidade da importação e circulação dos livros e jornais, matéria de investigação que continua a ser rasteada e estudada.

O complexo trajeto de abertura às ideias ilustradas em Portugal acompanhou o transcurso das concepções de índole jurídica ou moral. Assim, a partir da didática vigente grócio-pufendorfiana de Carlos de Martini, escolhido para as aulas de Direito Natural, em 1772 e que terá demorada influência, chegamos até às leituras de Emer de Vattel (1714-1767), de Gaetano Filangieri (1752-1788) e de Jean-Jacques Burlamaqui (1694-1748) mais discutidas, de certo modo, à margem do claustro universitário. Pressente-se, então, um implícito sentido proto liberal em termos de argumentação. No campo do discurso filosófico será a hora do sensualismo de Condillac (1714-1780), de Destutt de Tracy (1754-1836) e de modo mais amplo, do utilitarista Jeremy Bentham (1748-1832).

2.

No breve enquadramento que acabo de fazer não deixei de ir referenciando Frei Manuel do Cenáculo com o objetivo de o integrar no movimento das Luzes portuguesas. Mas importa atender a alguns aspetos que explicam melhor o seu peculiar percurso ilustrado. Os pressupostos diferenciais da

ilustração a que comecei por me referir, o discurso de Razão, que atravessa as diferentes expressões culturais em Portugal, até bem entrado o século XIX tem, necessariamente, que ser entendidos em sentido diverso da “*ciência dos factos*, (subl. nosso) de Deus, do Homem e da Natureza”, como estão expressos no *Discurso Preliminar* da *Enciclopédia* de Diderot e d’Alembert. (Encyclopédie, 1758:XXX) . O que se adequa ao discurso da *luz natural*, tal como Cenáculo o podia entender e admitir, é o da subordinação da *natura naturata* à *natura naturans*, isto é, da expressão física da natureza assegurada pela fundamentação transcendente, nos moldes em que o sábio franciscano, de modo perentório a defende:

“A Natureza é em Deus uma Fonte, e um Centro de leis originais, Princípios de muitas outras, que são regras de Justiça, e Virtude” (Cenáculo, 1785:12).

O sábio franciscano não seria imune ao iluminismo romano, depois da decisiva viagem realizada em 1750, numa altura em que, em Portugal se encerrava o brilhante ciclo joanino. Com efeito, Manuel de Azevedo Fortes, em 1744, com o apoio e simpatia do Infante D. António publicará a *Lógica Racional, Geométrica e Analítica*, de influência cartesiana, em que o matematismo metodológico é consoante com as opções que Cenáculo perfilhará. Entretanto, em 1746 surgiu o polémico *Verdadeiro Método de Estudar*, de Luís António Vernei. Como o ilustrado franciscano, o autor do *Aparatus ad Philosophiam et Theologiam* e outras obras de Lógica e Metafísica, foi decisivamente influenciado pelas luzes italianas. Dois anos depois, em 1748, o oratoriano João Baptista, conhecedor de Descartes e de Newton, dá a conhecer a sua *Philosophia Aristotelica Restituta*, com material resultante e amplificado da sua docência (de que aproveitara o jovem Manuel do Cenáculo no triénio de 1737-1740) e em 1750, Teodoro de Almeida dá início à *Recreação Filosófica*, obra de referência fundamental da Ilustração portuguesa.

O teor iluminista das obras destes autores que encontrará eco na promoção pombalina da filosofia natural em confronto com a lógica e metafísicas tradicionais não foi, em todo o caso, de molde a ilaquear o espaço imprescindível da filosofia racional e moral atendendo a que se procedeu, igualmente, a uma renovação dos pressupostos de abordagem teológica que a Frei Manuel do Cenáculo interessariam, muito particularmente, motivados pela necessidade de maior ilustração e formação do clero.

Frei Manuel do Cenáculo, como há pouco referi, iniciou a sua formação na Congregação do Oratório tendo sido aluno de João Batista em 1739.

Por essa altura, como Silva Dias teve ocasião de afirmar, verificara-se na docência dos nérís o rompimento com a filosofia tradicional (Dias,1972:11). É, todavia, na obra impressa de João Baptista, em 1748, que podemos comprovar as inovações do oratoriano no terreno da Física. Banha de Andrade é de parecer que a mudança no sentido da filosofia moderna não teria causado especial impacto na mente do jovem Manuel do Cenáculo, por altura dos seus estudos nos congregados, interpretação aceite, também, por Gama Caeiro o que parece justificado pela definição, ainda ténue, dos novos contributos na sua docência (Caeiro,1998:340-341). No entanto, atendendo ao comprovado aligeiramento a que João Baptista ia procedendo no terreno da Lógica não é de excluir que teria sido neste primeiro contacto que começou o decisivo distanciamento de Cenáculo da escolástica embora sem nunca contestar a sua valia intrínseca e formal:

“Quando o Sistema Lógico Aristotélico induz a demasiadas abstrações Metafísicas e Lógicas fazendo o juízo mais problemático que assegurado nas verdades, e encaminhando a descobrir nos objetos mais razões de duvidar e a contrariar sem outra consequência positiva, não se deve perder tempo, nem arriscar os talentos em tais cansados estudos. A delicadeza e abstração em sua razão formal não é o que se impugna, sim a inutilidade ou perversão e uso avesso” (Cenáculo,1791:129) .

Para a formação de Cenáculo, contribuiu, igualmente, a frequência em Coimbra dos cursos do Colégio de S. Pedro onde, no início da década de 40, os franciscanos iam pautando a docência por alguma abertura ao pensamento moderno mesmo que de um modo marginal e informativo e nem sempre superiormente aceite. Ao mesmo tempo, o futuro Bispo de Beja frequente a Faculdade de Teologia da Universidade coimbricense recebendo o grau de Doutor em 1750. O que caracteriza a *forma mentis* de Manuel do Cenáculo, na altura em que passará, também, a exercer funções de lente de Artes entre 1749-1752, no colégio coimbrão dos franciscanos, segundo Gama Caeiro, é uma atitude “nitidamente escolástica, guiada pelos tratados do Estagirita e adaptada, quanto possível, ao pensamento de Duns Escoto” (Caeiro,1998:347).

Prosseguindo na senda dominante da Ordem Franciscana, o modo como Cenáculo encara a Física é predominantemente metafísico como se pode comprovar da leitura das *Conclusiones Physiologicae* (1752). A clara oposição a Descartes, onde se constata uma sintonia com o influente filósofo,

teólogo e apologeta Pierre-Daniel Huet (*Censura Philosophiae Cartesiana* e outras obras) que virá a recordar, enfaticamente, nos *Cuidados Literários* contrasta, todavia, com a atenção prestada a Newton. A propensão metodológica pelo matematismo justifica para Gama Caeiro, igualmente, a simpatia de Cenáculo pelas ideias de Raimundo Lúlio (1232-1315) chamando a atenção para a afirmação contida nas *Advertências Críticas e Apologéticas* quando alude ao “método simplicíssimo e semelhante ao matemático” do missionário maiorquino (Idem:363) ⁽²⁾.

Contudo, a circunstância relevante e decisiva no percurso existencial e intelectual do doutor franciscano concretizou-se na viagem a Roma, em 1750, em companhia do seu mestre Frei Joaquim de S. José. Cenáculo pôde assim contactar, no seu itinerário, com um universo vasto da cultura europeia setecentista, admirar a riqueza das bibliotecas e presenciar uma vida intelectual e espiritual bem mais intensa que a da sua pátria.

“As famosas Bibliotecas que se apresentaram à nossa curiosidade nas cidades eruditas da nossa passagem, levantaram milhares de ideias que se começaram a produzir e como o tempo ia permitindo. Dava-se lugar, entre livros que pouco mais se haviam de ler, a obras de novo gosto” (Cenáculo,1794:200).

Essa descoberta significou, igualmente, confrontar-se, em Roma, com as tendências filosóficas mais modernas nas várias ordens religiosas constatando que entre os franciscanos se continuava a seguir Duns Escoto (Caeiro,1994:307).

Nesta tentativa de compreensão do que foi a inserção de Frei Manuel do Cenáculo no movimento de ideias ilustradas em Portugal o que aparece como mais significativo, no âmbito da sua experiência italiana, consubstancia-se na perspectiva histórica do pensamento decorrente do acolhimento prestado à obra de Johann Jacob Brucker (1696-1770) que, entre 1742 e 1744, publicara *Historia critica philosophiae*. Esta obra, que viria a merecer não raras críticas sobre a metodologia utilizada, por parte de Hegel e

2 Para Joaquim Cerqueira Gonçalves” o recurso a *razões necessárias*, que estiveram bem presentes na teologia escolástica e que contribuíram para o desenvolvimento da lógica medieval tiveram em Raimundo Lúlio uma formalização próxima do modelo matemático, com a qual Cenáculo sintonizaria, dela se servindo para a argumentação oratória do tempo da ilustração” (“Frei Manuel do Cenáculo. “Um franciscano iluminista?” (*Itinerarium* Ano 61,nº 211: 142).

Windelband entre outros, não deixou de ter o mérito de situar, historicamente, o legado filosófico ocidental. Cenáculo viria mesmo a promover, em 1773, a edição de uma *Synopsis historiae philosophiae secundum Bruckerianum*. A história dos saberes como propedêutica essencial ao desenvolvimento temático fora, aliás, já assinalado por Luís António Vernei e estava a ser incorporada na didática reformista pombalina.

Frei Manuel do Cenáculo, a partir de 1751, com a prudência e moderação que lhe é habitual, presta atenção ao progresso dos conhecimentos, atitude que transparece, mais tarde, em muitas páginas dos seus *Cuidados Literários* (Cenáculo, 1791:219-223). Da experiência romana resultaria a subsequente leitura dos livros de “novo gosto” e a reiterada vigilância argumentativa sobre as fontes de pensamento para o qual mobiliza uma vasta erudição. Importa sublinhar, também, o apelo à filologia. Para Cenáculo, o conhecimento do grego, do hebraico e do árabe constituíam instrumentos imprescindíveis para a exegese bíblica, em atitude de clara abertura crítica ao saber teológico que foi determinante em todas as confissões religiosas. Na Igreja Católica, durante o pontificado de Bento XIV, houve espaço para uma experiência de erudição viva e de sentido ilustrado em que Cenáculo se pôde rever projetando-se nos desafios reformistas para que foi convocado: os da sua Ordem e os da Universidade.

No primeiro caso, o investimento, a que já aludi, das línguas orientais, assume uma expressão mais ampla que a do simples conhecimento do hebraico e do árabe. Quanto ao árabe, dando corpo ao *Plano de Estudos* para a sua Congregação, aprovado por alvará Régio em 1769, foi possível que, a partir de 1772, Frei António Baptista Abranches o ensinasse no Convento de Nossa Senhora de Jesus. O ensino e os estudos árabes revestia-se, aliás, de uma importância fundamental para as relações político diplomáticas entre Portugal e o Magrebe no século XVIII e nas primeiras décadas de Oitocentos, tema que foi, vasta e profundamente, tratado por Eva Maria von Kemnitz em obra de referência incontornável³. Acresce, ainda, no que diz respeito, propriamente, a Frei Manuel do Cenáculo, que a sua apetência pelo estudo das línguas, como sublinha Joaquim Cerqueira Gonçalves “não parece ser estimulada por mera curiosidade, mas por necessidade de, além do estudo da Bíblia, que justifica o estudo do hebraico, preparar o diálogo

3 Kemnitz, Eva-Maria Von (2010) *Portugal e o Magrebe (séculos XVIII/XIX) – Pragmatismo, inovação e conhecimento nas relações diplomáticas*, Lisboa, Ministério dos Negócios Estrangeiros/Instituto Diplomático

com outras religiões, designadamente com o árabe, sendo esta aprendizagem das línguas uma tradição franciscana, precisamente para facilitar o contato com todos os povos” (Gonçalves, 2015:141).

O envolvimento, também político, de Manuel do Cenáculo, sagrado Bispo de Beja em Outubro de 1770, pode considerar-se como um momento axial da sua vida e ação. O teor ilustrado, muito peculiar, da atitude mental do reformador franciscano encontrará espaço e acolhimento, por parte do Poder, para que o deputado da Real Mesa Censória ascendesse a Presidente daquele tribunal e tivesse um papel relevante na confeção da parte teológica dos Estatutos da Universidade, de 1772 (Marcadé, 1978:79-85).

Um outro aspeto conexo com as responsabilidades políticas de Cenáculo tem a ver com a incumbência de Preceptor do Príncipe D. José de que viria a dar conta no seu *Diário*. Do *Memorando sobre lições dadas ao Príncipe* ressalta a vertente de formação cristã, desde logo através do *Catecismo de Montpellier* que preconiza, com o propósito de assinalar os “pontos principais de Religião”. A História, a Geografia e as Leis constituem, também, instrumentos imprescindíveis de formação do Príncipe. No que concerne ao conhecimento das Leis, mesmo que, eventualmente, não por inspiração direta da Lei interpretativa da crismada Lei da Boa Razão (*Carta de Lei para se julgar pela Ordenação do Reyno, e Leys Pátrias*, de 18 de Agosto de 1769) não deve ter faltado a chamada de atenção para a racionalidade regalista que Cenáculo incutiria a D. José tendo como pano de fundo as medidas já tomadas pelo poder pombalino, de modo a integrar e superar a dispersão legislativa antecedente e corrente. Já no que respeita ao ensino filosófico é patente a subvalorização da escolástica limitada a noções lógicas rudimentares. (Cenáculo, 2009:605-608).

3.

Ao dirigir-se para o múnus episcopal pacense, após 1777, o impulso reformista de Fr. Manuel do Cenáculo não esmorece. O pendor erudito e esclarecido de descoberta de origens e vestígios históricos, que é uma das notas caracterizadoras das Luzes, explica bem o investimento que fez no campo da Arqueologia e da Numismática, na musealização e na biblioteconomia (matéria que tem sido objeto de importantes estudos). A biblioteca, para Cenáculo significava mais do que um espaço com livros. Havia, de algum modo, implícita, uma dada *bibliosofia*. Dizia o Bispo de Beja que “Se

há quem não frequente as Bibliotecas, ou podendo, as não tenha instruídas, destes é que se diz, que repetem sem desculpa a infelicidade dos séculos atrasados” (Caeiro,1998:421).

Na campanha ilustrada de Cenáculo, pautada, também, pelo florescimento de reuniões académicas, sinalizarei, de modo muito breve, ainda, a sua propensão para os estudos económicos.

O reformismo económico foi uma preocupação que o antístite de Beja e Évora articulou com a ação pastoral. O tema foi já exaustivamente desenvolvido em *Instrução e Economia – As ideias económicas no discurso da Ilustração Portuguesa (1746-1820)* da autoria de Francisco Vaz, obra que tive o privilégio de prefaciar depois de ter orientado a tese de doutoramento que lhe deu origem. Os pressupostos agraristas que informam as propostas cenaculananas se, por um lado, se reportam a aspetos morais, quer abordando o problema do luxo ou a ociosidade, quer defendendo a valorização do trabalho, por outro lado, não descutam aspetos práticos que decorrem da sua experiência pastoral, muito atenta, das visitas efetuadas, da constatação da doença e da pobreza, da mendicidade, de carências de natureza mais estrutural, nomeadamente a da persistência do défice populacional, da ausência de dados estatísticos cujo levantamento promove, da necessidade de colonização do Alentejo que se concretizou em parte mediante uma iniciativa do Intendente Pina Manique (Elisa Maria Lopes da Costa, *A Planície Alentejana-um destino migratório de famílias açorianas em finais do século XVIII*. [https://repositorio.uac.pt/bitstream/10400.3/311/1/Elisa_Costa_p187-208.pdf]. Consultado em 01. 09. 2022).

Sob a égide da transcendência que rege a ordem natural – *a Natureza é Deus* – de D. Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Arcebispo de Évora e Bispo de Beja, bem se pode afirmar que, enquanto homem das Luzes, soube conjugar, exemplarmente, o saber e a sua utilidade com a piedade cristã.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Caeiro, Francisco da Gama (1998), *Dispersos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- (1785) Cenáculo, Fr. Manuel do *Instrução Pastoral do Excellentíssimo, e Reverendíssimo Senhor Bispo de Beja sobre as virtudes da Ordem Natural*, Lisboa, na Regia Officina Typografica,

- (1786) *Instrução Pastoral do Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor Bispo de Beja sobre os estudos fysicos do seu clero*, Lisboa, Na Regia Officina Typografica.
- (1791) *Cuidados Literários do Prelado de Beja em graça do seu bispado*, Lisboa, Na Officina de Simão Thaddeo Ferreira.
- (1794) *Memórias Históricas, e Appendix Segundo a Disposição Quarta da Collecção das Disposições do Superior Provincial, para a Observancia, e Estudos da Congregação da Ordem Terceira de S. Francisco*, Lisboa, na Regia Officina Typografica.
- Dias. S. da Silva (1972), *O ecletismo em Portugal no século XVIII-Génese e destino de uma atitude filosófica*, Coimbra, 1972 (sep. da Revista Portuguesa de Pedagogia, Ano VI-1972)
- Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers. Par une Societé de Gens de Lettres*, (1753) 2ème ed. , A. Lucques, Vincent Giuntini Imprimeur.
- Gonçalves, Manuel Pereira (2015), “Oratória Sagrada no pensamento de Frei Manuel do Cenáculo”, *Itinerarium*, Ano LXI, 211. (janeiro-abril 2015).
- Kemnitz, Eva Maria von (2015) “Frei Manuel do Cenáculo. Impulsionador e Mecenaz dos Estudos Orientais em Portugal”, *Itinerarium*, Ano LXI/nº 211 (janeiro-abril 2015).
- Marcadé, Jacques (1978), *Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas, Évêque de Beja, Archevêque d’Évora (1770-1814)*, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian-
- Monteiro, Ofélia Milheiro Caldas (1965), *No alvorecer do “iluminismo” em Portugal-D. Francisco Xavier de Meneses, 4º Conde da Ericeira*, Coimbra, Universidade de Coimbra.
- Mota, Luís Carlos (1993), *A apologética Cristã em Portugal*, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, (Dissertação de Mestrado).
- Pereira, J. Esteves (2004), *Percursos de História das Ideias*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- (2005), *O Pensamento Político em Portugal no Século XVIII-António Ribeiro dos Santos*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, (reimp.).
- Teixeira, António Braz (2009) “Iluminismo Luso-Brasileiro?”, in *A Experiência Reflexiva-Estudos sobre o pensamento luso-brasileiro*, Lisboa, Zéfiro.
- Vaz, Francisco (2009), *Os livros e as bibliotecas no espólio de D. Frei Manuel do Cenáculo* (Documentos sobre a Instrução do Príncipe D. José//Doc. , Nº 218 A (Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa), Lisboa, Biblioteca Nacional de Portugal.
- Selecta Latini Sermonis Exemplaria et Scriptoribus Probatissimis ad Christianae Juventutis usum...* (1770) Olissipone, Ex Typographiae Regiae.
- Venturi, Franco, (1963) “Les traditions de la culture italienne et les Lumières” in *Utopie et Institutions au XVIIIème siècle. Le pragmatisme des Lumières*, Paris, Mouton-